

APRESENTAÇÃO

O Dossiê Temático que aborda “A Educação de Jovens e Adultos em espaços de privação de liberdade” da Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos – RIEJA tem como objetivo instigar o debate historicamente posto no sistema educacional do Brasil e do mundo sobre as práticas educativas e culturais voltadas para os indivíduos que se encontram no cárcere. Essa instituição exerce todo tipo de controle sobre os indivíduos que ali estão pela prática concreta e simbólica de regras e processos ensinados como necessários à boa convivência, obrigando-os a deixarem na porta dessas instituições seu *eu* e toda e qualquer referência objetiva e subjetiva, para assumirem as novas referências que ali se encontram, entretanto não podemos esquecer que adentra também por essa porta, mesmo vigiada, a educação que vai de alguma forma questionar e tornar essas regras menos totalizantes, ajudando a construir um processo mais humano no interior dessa instituição.

Em vista disso, nesse espaço algumas práticas educativas são exitosas, envolvendo a educação formal, dita escolar, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma realidade por conta da institucionalidade legal, mas ainda carece de uma ampla implementação e legitimação pedagógica. Constata-se também, a educação não formal, embora esta ainda esteja invisibilizada, vem ocorrendo por conta de grupos religiosos, ONGs, Associações, como o Grupo de Alcoólicos Anônimos, dentre outras que adentram ao espaço prisional e desenvolvem atividades educacionais. É claro que, para que isso ocorra, é preciso que todo o coletivo de educadores, professores, pesquisadores, gestores e trabalhadores dessas

instituições se unam para qualificar a educação no ambiente intramuros.

E não temos dúvidas de que tanto a educação escolar como a não escolar, nos espaços de restrição e privação de liberdade, embora venham realizando grandes sonhos, ainda carecem de um esperar pedagógico maior para que se cumpra com as intencionalidades de emancipação dos seres humanos que ali se encontram, essa é uma utopia de todos aqueles que defendem a educação como processo de emancipação, porque reconhecem que as pessoas privadas de liberdade, em sua maioria, carregam toda uma história de negação e opressão social, portanto são merecedoras de uma educação do esperar, independente do crime que praticaram; pois educação um direito inalienável que não se pode abrir mão por conta do imaginário social de punição que assombra a sociedade e que sustenta a representação ideológica de que essas pessoas não têm direito a ter direitos.

E quando defendemos a educação do esperar se tem como fundamentos os ensinamentos de Paulo Freire, no sentido que esperar é diferente de esperar, do construir ações que movam o coletivo em busca de transformar a realidade, portanto ela é ontológica, fundamentada na prática social. E nessa luta de nos refazer para fazer o futuro da educação em prisões com os principais indivíduos dessa educação é a razão de ser das nossas escritas aqui nesse dossiê, portanto os textos presentes são um diálogo amoroso e um encontro com a educação e pedagogia *nos/dos* espaços restritivos e privativos de liberdade, cada um tratando de temáticas diversas, mas centralizados no esperar.

Nesse contexto, se insere o texto “Políticas Educacionais e de Segurança: disputas em torno da garantia do direito à educação nas prisões” escrito por Clayton da Silva Barcelos (UFMS), Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin (UFSC) e Paula Cabral (UFSC), tem como um dos pontos de discussão as agências internacionais na definição de parâmetros globais para a educação, dentre as quais se destacam o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outras. Buscam refletir sobre as dinâmicas implementadas por esses organismos como a chave para entender parte dos contrassensos inerentes ao sistema prisional, entre a disseminação do direito à educação no campo do discurso e a falta de sua garantia nos contextos reais.

O texto “Direito à educação nas prisões e territorialização: bases para uma política pública” da pesquisadora Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (UFU) analisa a política pública de educação nas prisões brasileiras a partir das categorias do direito à educação e do território, com fulcro nas garantias e direitos previstos no ordenamento jurídico relacionados à oferta de Educação de Jovens e Adultos nas prisões reflete-se sobre a territorialização, isto é, formas de percepção e organização de ações e relações em um dado espaço, como possível balizador de uma política pública, que envolva atores e instituições como Secretarias de Estado, sociedade civil e universidades públicas. Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, realizada a partir de revisão bibliográfica e documental. Como resultados, vislumbra-se que a utilização do território

como balizador de uma política pública de educação em prisões tem o potencial de efetivar parcerias que concretizem a territorialização da educação em prisões, na perspectiva do exercício de influências e ordenamento das políticas em determinado território, tendo a universidade pública como um possível polo de atendimento das respectivas unidades prisionais e como articuladora de ações.

A pesquisa intitulada de “Quem são as detentas? vida, formação, profissionalização e encarceramento feminino” das autoras Lia Machado Fiuza Fialho (UECE), Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA), Marlúcia Menezes Paiva (UFRN) analisa a história de vida de cinco mulheres encarceradas na Cadeia Pública do Crato, Ceará; considerando nesse percurso o envolvimento com o crime, a escolarização, a profissionalização e a situação de privação de liberdade. Constatou-se que a Cadeia Pública do Crato era mista e aprisionava 17 mulheres em ala separada da masculina, no entanto, em uma mesma estrutura predial. As detentas eram mães, com baixa escolarização, que atuaram profissionalmente como domésticas, garçonetes, vendedoras ambulantes ou exclusivamente no comércio ilegal de substâncias psicotrópicas. Ainda que a violência contra às mulheres esteja aumentando, esse não foi o motivo para estarem presas, pois todas foram detidas por tráfico de drogas. A escolarização não era valorizada e apenas uma detenta estudava no sistema prisional. As presas se sentiam acolhidas na cadeia e asseveravam a vontade de viver uma vida cidadã em consonância com as leis após a saída da prisão.

O estudo sobre “Violências nas relações de Trabalho em Contexto Prisional” de autoria de Aldemar Balbino Costa (PPGE-UFPR), Francisca Vieira Lima (PPGE-U-

FPR) e Márcio César Ferracioli (UFPR), trata acerca da condição psicossocial do/a agente penitenciário/a como necessidade de identificar as violências que afetam as condições de trabalho dos/as referidos trabalhadores nos espaços das Unidades Prisionais do Estado do Paraná. Para isso, buscaram traçar o perfil dos agentes associados ao Sindicato dos Agentes Penitenciários (SINDARSPEN), abordando na sequência, procuramos as diversas situações de violências ocorridas no ambiente de trabalho e nas relações interpessoais dos participantes da pesquisa à luz da literatura científica. Os dados levantados revelam que é preciso um enfrentamento desta situação por parte de movimentos sindicais, no que tange às políticas públicas que atuem na elaboração de ações intersetoriais de atendimento na estrutura física e humana do ambiente carcerário, o que poderá refletir também na qualidade de vida dos/das agentes nos espaços intra e extramuros deste setor da sociedade.

A pesquisa de “Currículum escolar y contexto en escuelas en cárceles de la región metropolitana, Chile” das pesquisadoras Violeta Acuña-Collado (Universidad de Playa Ancha-UPLA- Chile), Marcela Gaete Vergara (Universidad de Chile-UCHILE – Chile) apresenta uma discussão sobre a centralidade do currículo escolar no processo de aprendizagem dos estudantes em privação de liberdade no Chile. O estudo faz parte de um projeto desenvolvido no âmbito do Fundo de Ciência e Tecnologia (FONDECYT). A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, utilizando-se de entrevistas e grupos focais para produção dos dados. Os principais resultados evidenciam que o currículo não atende à realidade das escolas em cárcere, uma vez que sua estrutura temporal e linear não consegue

contemplar planejamentos e programas que demandem longevidade, aponta ainda para necessidade de adaptações curriculares, seleção de conteúdos, identificação de habilidades transversais e inovações nas estratégias de aprendizagem; concluindo que a difícil compreensão do conceito de currículo reside nas múltiplas interpretações que os sujeitos responsáveis pela sua execução adotam, situação que revela contradições entre a ausência de profundidade conceitual sobre currículo e a realidade das escolas em cárcere.

As autoras do texto intitulado “Mediação Pedagógica na Educação de Jovens e Adultos no Espaço de Educação Prisional”, Ana Maria Soek (PPGE - UFPR), Jane Cleide Hir (Prof^a. da Penitenciária de Piraquara-Paraná) e Sonia M. C. Haracemiv (PPGE-UFPR), buscaram relatar o trabalho pedagógico desenvolvido dentro da penitenciária, e como a docente se encontra assujeitada às normas da instituição e, portanto, ao processo de prisionalização, pois, sofre a ação do controle sobre o seu tempo, sobre o material a ser utilizado nas aulas, a inconstância da liberação dos educandos, além dos efeitos impostos pelas configurações do próprio espaço: grades separando os alunos, instalações subterrâneas, umidade, entre outros, sob pena de se tornar uma agente reprodutora da discriminação e da exclusão. A leitura do texto leva-nos a pensar nesse espaço, onde é preciso assegurar o diálogo e o direito à palavra a quem é exigido obediência constitui-se em travar uma batalha desigual para qual é preciso coragem e crença na vocação ontológica do homem.

O Texto “Diário de aula: avaliação do ensino-aprendizagem no contexto da Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade” das autoras Carla Poennia Gadelha Soares (UFC) e Tania Vicente Viana (UFC)

analisam o modo como professores e alunos privados de liberdade narram as experiências referentes à avaliação do ensino-aprendizagem mediante a escrita de diários de aula. O trabalho ancorou-se nos estudos de Porlán e Zabalza sobre o uso reflexivo do diário de aula para melhorar a prática docente e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos. O *lôcus* da pesquisa foram as celas de aula de três unidades prisionais da região metropolitana de Fortaleza-CE. Os resultados, em linhas gerais, apontaram que a escrita do diário de aula favorece a sistematização sobre as práticas avaliativas, contribuindo para a realização de uma avaliação comprometida com a qualidade do desenvolvimento do aluno e do professor, na medida em que ela mesma já é um processo de reflexão sobre o ensinar e o aprender da pessoa presa.

O texto “A educação em prisões e os conteúdos étnico-raciais: uma reflexão a partir do Projeto A Cor do Brasil” dos autores Antonio Pereira (UNEB), Dione Araújo Santos (UNEB) e Nadir de Jesus Souza (UNEB) cujo texto traz uma discussão acerca da relação entre educação em prisões e os conteúdos étnico-raciais no currículo escolar do Conjunto Penal Masculino de Salvador a partir do Projeto A Cor do Brasil em cumprimento à Lei 10.639/2003 que fala da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica.

O texto “Linhas, mensagens e conversas: a educação não escolar com crianças, jovens e adultos” escrito por Elenice Maria Cammarosano Onofre (UFSCar), André Luiz Martins Kastein Filho (UFSCar), Edla Cristina Rodrigues Caldas (UFSCar) e Gustavo Aranha Portela (UFSCar). Apresenta o resultado de uma investigação sobre práticas educativas em espaços não escolares que

acolhem crianças, jovens e adultos: um programa de socioeducação, um projeto ligado ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e uma unidade feminina de privação de liberdade. Os dados foram coletados em inserções e vivências com os colaboradores de pesquisa e organizados em diários de campo. A análise dos dados permitiu compreender que os processos educativos acontecem ao longo da vida nas práticas sociais em que participamos - a educação é um fenômeno que promove a escrita e a leitura da vida e da realidade das crianças, jovens e adultos estejam eles onde estiverem.

O estudo “Rodas de leitura na Penitenciária Lemos Brito: privações, provocações e desafios” de Andréa Betânia da Silva (UNEB), Kátia Maria de Aguiar Barbosa, Maria Alba Guedes Machado Mello (UNEB) analisa as rodas de leitura, prática adotada pelo Projeto Leitura e Escrita: Ações Libertárias – ação extensionista da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação-Campus I, em parceria com o Colégio Estadual Professor George Frago Modesto – buscam promover um espaço educativo para os privados de liberdade, na Penitenciária Lemos Brito, através da literatura, tendo em vista a compreensão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o desenvolvimento humano, além da escolarização. Define-se como espaço formativo de educadores e educandos, na perspectiva do diálogo, através da ação expressiva e reflexiva da literatura.

Os organizadores

Prof. Dr. Antonio Pereira
(UNEB)

Prof.^a Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv
(UFPR)